

Patentes Científicas

Dr. Eng. Hermínio Duarte-Ramos
Editor de **ELECTRICIDADE**

A investigação científica e tecnológica é feita hoje em diferentes tipos de instituições. Tempos houve em que era uma primazia das universidades mais avançadas, cujos laboratórios serviam de campo experimental frutífero aos avanços do conhecimento científico e tecnológico. Desde o laboratório pessoal de Lavoisier, que deu autenticidade química à alquimia anterior, e o laboratório de Liebig, o primeiro a ensinar a química moderna, foram promovidas diversas iniciativas de estabelecer o desenvolvimento da ciência em áreas específicas. Naturalmente que as universidades revelaram-se o local mais vocacionado para a prática da pesquisa do conhecimento. Mas os americanos extravasaram esses objectivos para institutos próprios, sem preocupações docentes, que haveriam de profissionalizar a carreira de investigador com elevada nobreza, tanto pelas contribuições impulsionadoras da ciência como devido às patentes dinamizadoras da tecnologia e que sustentam a indústria mais inovadora.

O que se passa no estrangeiro (leia-se: países desenvolvidos) não nos pode deixar indiferentes. Por isso, não admira que haja quem advogue, actualmente, que as patentes constituem uma medida da eficácia da investigação científica e tecnológica. Defendem os partidários desta corrente de opinião que se o trabalho inovador não dá origem ao registo de patentes é porque o seu valor não merece a cotação que geralmente se lhe atribui.

Todavia, há uma enorme diferença nos objectivos do trabalho de investigação e desenvolvimento numa universidade, num instituto de investigação ou num departamento empresarial. Em qualquer caso, processam-se contribuições para o progresso do conhecimento científico e tecnológico, é certo, mas na repercussão dos resultados. Estes, objectivamente, são enquadrados num jogo de interesses próprios, dimanados da teleonomia institucional. Nas empresas, que se alimentam da venda da produção, as patentes científicas têm real significado, pois os respectivos direitos são comercializados, já que a propriedade desses direitos não se distingue daqueles que se associam aos produtos fabricados. A importância imediata dos conhecimentos patenteados, então, confunde-se com a significação produtiva das empresas. Para além fica o resíduo que chega ao conhecimento universal.

Para intensificar estes propósitos, ampliando as saídas científicas nos processos de investigação, é que

os países mais industrializados criam instituições dedicadas exclusivamente ao trabalho de geração do conhecimento. O êxito alcançado nos E.U.A., por exemplo, com o célebre laboratório da Bell Telephone, inspirou outros países a prática semelhante, como a França com o CNRS (Centre National de Recherche Scientifique) ou a Alemanha através do Planck Institut. Portugal seguiu passadas paralelas, instituindo um conjunto de centros de investigação em diversos domínios estratégicos, como o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) ou o INETI (Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial). Evidentemente, os resultados da investigação realizada nestas instituições são patenteáveis (devem ser) pelas próprias instituições onde os investigadores trabalham. Neste tipo de investigação profissional, compreende-se que as patentes científicas sejam expressivas do valor da sua obra produzida.

Contudo, nas universidades os trabalhos de investigação científica e tecnológica insere-se nos objectivos gerais da docência. Os profissionais universitários são professores. Os investigadores de carreira presentes nos departamentos universitários estão à margem das actividades fundamentais ao longo dos anos lectivos e deformam o conceito essencial de universidade (para não ser mais concreto quanto a situações de injustiça e consequente desagregação comunitária). Esses professores não podem deixar de investigar cientificamente. Mas a finalidade a atingir é a consolidação do conhecimento que transmitem aos estudantes e ao mundo. Assim executam as suas funções, pela docência baseada na investigação científica e tecnológica e através do convívio internacional ao nível dos novos saberes. Assim fazem escola. Obviamente, os resultados obtidos são transmitidos sem retribuição adicional. A investigação universitária é intrinsecamente gratuita em termos monetários, entrando directamente no património universal do conhecimento. E, por isso, não deve ser patenteada — porque, verdadeiramente, não é patenteável.

Na Universidade autêntica não há donos da Ciência. Existem pais do saber, mas ser pai não significa ser proprietário. Neste contexto, os professores não aparecem como profissionais da investigação científica. De facto, a sua actividade criativa, para ser genuína, deve ser ociosa, nunca sendo encarada como negócio. Daí que não partilhe da existência de puros investigadores

dentro das estruturas universitárias, defendendo antes a respectiva actividade profissional (disse, consciente da actividade como profissão) em organizações paralelas, vocacionadas para a investigação científica e tecnológica. E pugno pelo relacionamento mais estreito entre os universitários e esses profissionais, já que aos professores incumbe a consolidação do conhecimento, bebendo das fontes que lhes estiverem acessíveis, sem limitações preconceituais e sabendo que a essas organizações cabe o direito às patentes científicas (pois a investigação é o seu negócio).

Vale a pena respigar exemplos da história que reforçam as ideias expostas, na certeza de que são contestadas por alguns colegas universitários, decerto porque aspiram, intimamente, antes à profissão de investigador (estando mal inseridos no lugar de catedrático, para onde o dever da vida os empurrou). Começo pelo caso paradigmático de Michel Faraday, que declarava não se encontrar interessado nas aplicações das suas descobertas científicas, as quais evidenciavam claramente os princípios dos motores e geradores eléctricos. Também Ernest Rutherford se recusou a requerer patentes para invenções relacionadas com os seus trabalhos em física, como seja a detecção das ondas radioeléctricas. A mesma atitude desinteressada foi manifestada por Conrad Roentgen em consequência da descoberta dos raios X. Igualmente o casal Curie repudiou, indignadamente, qualquer registo de patente na descoberta da radioactividade, afirmando Marie Curie que "se o rádio for usado no tratamento de doenças, não devemos tirar partido disso".

Entre os cientistas, havia o entendimento de que as patentes eram contra o espírito científico. Mas a criação de centros de investigação e desenvolvimento associados a grandes empresas industriais (como a General Electric ou a Bell Telephone) veio dar coerência às patentes científicas, evidentemente, fora dos muros universitários. Os engenheiros, com o sentido prático exigido na sua actividade, deram o empurrão inicial. James Watt patenteou o pêndulo centrífugo para controlo da velocidade da máquina a vapor. Edison viveu muitos anos com os rendimentos das suas invenções em Menlo Park. Westinghouse seguiu-lhe os passos na geração de utilização da energia eléctrica. E assim por diante.

Os tempos correram e as estruturas sociais adaptaram-se às condições da evolução. Mas apenas às condições circunstanciais: os princípios mantêm-se imutáveis. Quer dizer, os universitários devem preservar o seu objectivo de universalidade científica, sem propriedade de patentes. **E**